



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 9, DE 2024.

Câmara Municipal de Lavras - MG

PARECER N. ____/2024.

PROTOCOLADO

Em: 04 / 11 / 2024

n.º 03863

Veda a nomeação, em cargo público municipal, de pessoa condenada por crime resultante de preconceito de raça ou cor.

Assinatura

Autoria: Vereador Antônio Claret dos Santos (PSD).

Relator: Vereador Zeca do Salão (PSD)

PARECER ÀS EMENDAS AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 9/2024
Voto do Relator Zeca do Salão (PSD)

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Legislativo n. 09 de 2024, protocolado em 19/06/2024, de autoria do ilustre Vereador Antônio Claret dos Santos, pretende vedar a nomeação, em cargo público municipal, de pessoa condenada por crime resultante de preconceito de raça ou cor.

Na sua justificativa, o autor embasa sua proposição na necessidade de assegurar que os ocupantes de cargos públicos estejam alinhados com os valores constitucionais e éticos, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e sem discriminações.

Recebida, a matéria foi despachada às Comissões de Constituição, Justiça, Legalidade e Redação Final; Educação, Cultura e Direitos Humanos e à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (a fls. 12).

Em parecer protocolado em 08/08/2024 (pág. 13), a CCJ formou maioria pela admissibilidade da matéria, assim como fez a Comissão de Educação, Cultura e Direitos Humanos (14/08/2024 - pág. 18) e a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas (13/08/2024 – pág. 21).



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

A vereadora Rosemeire Aparecida de Oliveira (PT), apresentou Emenda Modificativa à matéria. Em análise da Emenda referida, a Comissão de Constituição e Justiça, bem como a Comissão de Educação, Cultura e Direitos Humanos concluíram para aprovação da matéria (págs. 28 e 35).

Contudo, em comunicação protocolada ao dia 09/10/2024 (pág. 42), a Vereadora Rosemeire Aparecida de Oliveira retirou a Emenda em tramitação, na forma regimental.

Incluso em pauta, o vereador João Paulo Felizardo protocolou, em 16/10/2024, duas Emendas ao Projeto (pág. 44).

Uma vez que o vereador autor das emendas é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o vereador suplente João Batista Carvalho Leão foi comunicado da necessidade de assumir lugar provisório no colegiado, a fim de emitir parecer.

Conforme o art. 184 do Regimento Interno, os substitutivos, emendas e subemendas serão recebidas até a primeira ou única discussão do projeto original, desde que o prazo regimental de tramitação não esteja vencido.

Além disso, os substitutivos, emendas e subemendas apresentadas, dentro do termo legal, deverão ser distribuídos às mesmas comissões que apreciaram a proposição principal (Parágrafo único do art. 184 do RICML).

Apresentado à Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final, a matéria foi admitida, com a constitucionalidade (material e formal), juridicidade e legalidade da matéria.

Estando a matéria sob análise da Comissão de Educação, Cultura e Direitos Humanos, é o caso de analisar sua conveniência e oportunidade, na forma regimental (art. 69-A).

O regime de tramitação é o ordinário.

É o relatório.



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

II – DA CONVENIÊNCIA DA MATÉRIA

Concordo integralmente com a argumentação formulada pela Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final, nos termos da fundamentação *aliunde* apresentada:

O vereador João Paulo Felizardo justificou a apresentação da emenda pela necessidade de substituir “expressões genéricas por referências expressas à Lei dos crimes baseados em preconceito de cor ou raça e ao Código Penal”, o que, segundo aduz, “contribui para a conformidade técnico-normativa da matéria”.

Desde 12 de janeiro de 2023, com a promulgação da Lei Federal n.º 14.532, a infração criminal tipificada como injúria racial tornou-se uma modalidade do crime de racismo, que já era previsto na Lei Federal n.º 7.716/1989.

Antes disso, a injúria racial era tipificada no Código Penal, possuindo penas pequenas. Contudo, com a Lei n.º 14.532/2023, conforme se referencia na nova ementa proposta, a injúria racial, que se caracteriza como um ato de discriminação por raça, cor ou origem, que se vale de uma ofensa para humilhar alguém, passa a ser imprescritível, compondo a Lei n.º 7.716/1989.

Outrossim, o crime de injúria racial não mais comporta a possibilidade de concessão de liberdade provisória, a partir do pagamento de fiança imposta pelo Delegado de Polícia. A nova disposição legal, além disso, majorou a punição, que agora é de dois a cinco anos de reclusão.

Na Lei n.º 14.532/2023, ainda, previu-se um aumento da punição ao chamado racismo recreativo, uma vez que a pena fora aumentada de um terço até a metade, como causa majorante do tipo principal, com possibilidade de agravar a conduta se o racismo é cometido por meio de ofensas supostamente proferidas como piadas/brincadeiras em publicações ou redes sociais.

Assim sendo, entendo que a modificação proposta é oportuna, uma vez que, nos termos do defendido pelo vereador autor da emenda, a ementa, como resumo que deve ser claro, conciso e fiel do conteúdo do Projeto de Lei, deve, expressamente, fazer referências à legislação de aplicabilidade nacional que disciplina a matéria, evitando-se, assim, termos genéricos relacionados ao infeliz tema do racismo.

Com efeito, a redação da ementa de Projetos de Lei deve ter como objetivo a maximização da compreensão e da pesquisa da norma pelo destinatário e, na forma que aduz o parlamentar em sua justificativa, fomentar a força normativa da legislação, uma vez que facilita o acesso do cidadão ao conteúdo legal.

Nessa senda, não há, na análise da Emenda Modificativa em apreço, a necessidade de perquirir acerca de sua legalidade e constitucionalidade, é o



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

caso, tão somente, de verificar se a alteração proposta se coaduna com a sistemática do Projeto de Lei, o que, de fato, é o caso.

Quanto à iniciativa para apresentação de emendas, na dicção do art. 184, *caput*, do Regimento Interno, trata-se de proposição apresentada por parlamentar, a projeto também de iniciativa de vereador, de forma que não há vício quanto à iniciativa, tampouco em relação à oportunidade de apresentação, eis que se trata de Emenda protocolada antes do início da primeira deliberação.

Verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe o art. 153, §2º, do Regimento Interno, razão pela qual **concluo pela regimentalidade da Emenda Modificativa** em tela.

Diferentemente da Emenda Substitutiva que altera tão somente a redação da ementa do Projeto Original, a análise das demais emendas, que modificam a disposição material da proposição, exige uma perquirição acerca da legalidade das alterações propostas.

Vejamos. Conforme o primeiro comando de modificação, acrescenta-se parágrafo único ao artigo 1º do Projeto. A alteração substancial na norma reside no fato de que, conforme redação original do artigo 1º, §§1º e 2º, a vedação à nomeação iniciar-se-ia com a condenação em decisão judicial transitada em julgado, mantendo-se até o comprovado cumprimento da pena. Ademais, de forma tautológica, o §2º do dispositivo previa novamente que a vedação permanecia até o cumprimento total da pena, após conclusão do procedimento de reabilitação criminal.

A nova disposição do art. 1º resume-se à supressão do §2º, com a manutenção de um parágrafo único, embora alterado. Nessa nova lógica, a vedação citada continua iniciando-se com a condenação em decisão transitada em julgado, ou, em uma nova hipótese, com a mera condenação por órgão judicial colegiado, subsistindo até o comprovado cumprimento da pena, sem fazer referência ao procedimento de reabilitação criminal.

Na justificativa apresentada, o vereador proponente aduz que há a necessidade de tornar mais rigorosa a vedação prevista, para maximizar a proteção ao postulado da moralidade inscrito na Carta Política.

Conforme a organização do Poder Judiciário brasileiro, como se retira do Capítulo III, do Título III (“Da Organização do Estado”), da Constituição Federal, o Primeiro Grau da Organização Judiciária compõe-se, em regra, de juízes singulares, organizados em Varas ou Juizados (Juízes Eleitorais, Juízes Federais, Juízes de Direito dos Estados etc.).

O Segundo Grau/Instância é composto pelos Tribunais (Eleitorais, Federais, Estaduais etc.), com sede nas Capitais dos Estados, organizados, no geral, por órgãos fracionários, colegiados¹, compostos por juízes/desembargadores em Câmara, Seções ou Juntas.

¹ Segundo glossário do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território, a decisão tomada por órgão colegiado é aquela “proferida por pelo menos 3 magistrados, chamada de acórdão. Em regra, ocorre nos tribunais, seja em decisão de recursos ou ações originárias”. Disponível em: <



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

Dessa forma, mesmo que não haja trânsito em julgado de decisão condenatória pelo crime previsto na legislação citada, há a possibilidade de condenação em grau de recurso, ou em instância originária (no caso de prerrogativa de foro), nos órgãos colegiados de Segunda Instância/Grau, o que, conforme dispõe a redação proposta, seria suficiente para restar caracterizada a vedação de nomeação.

Tem-se, portanto, que as alterações tornam a legislação mais rigorosa, uma vez que o trânsito em julgado das decisões não necessariamente se confunde com o exaurimento da Segunda Instância, podendo o processo criminal findar com o trânsito em julgado muito tempo depois do processo deixar a Segunda Instância, com recursos ordinários, especiais ou extraordinários nas instâncias especiais, ou, ainda, prolongar-se dentro dos próprios Tribunais, mesmo depois de já condenados em um colegiado².

O vereador, nesse sentido, entende que, além de evitar os efeitos deletérios da mora judiciária, uma vez que a interposição de recursos pode retardar o trânsito em julgado da ação, mesmo após decisão colegiada, a nova redação equipara a situação de vedação de nomeação ao regime jurídico da Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar Nacional n.º 64/1990). Este diploma, por sua vez, já prevê que é suficiente para tornar inelegível pessoa a partir da condenação em decisão transitada em julgado, ou em decisão proferida por órgão judicial colegiado.

Segundo o parlamentar proponente, não há justifica para o tratamento diferenciado, considerando a necessidade de salvaguardar a probidade na Administração.

Há, no contexto presente, a necessidade de reiterar que a vedação imposta, caso o Projeto torne-se Lei Municipal, deve permanecer tão somente enquanto durarem os efeitos da condenação sobre os direitos políticos dos condenados, pois, embora o Município não possa legislar acerca de Direito Eleitoral e tampouco sobre Direito Penal, a vedação imposta municipalmente tem caráter administrativo e acompanha efeitos já previstos pela legislação criminal.

Partindo dessa premissa, justifica-se a supressão da previsão de necessidade de procedimento de reabilitação criminal para suspender a vedação à nomeação nos cargos públicos municipais, uma vez que o **Superior Tribunal de Justiça, em Súmula n.º 9, já assentou que a suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em**

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/decisao-monocratica-x-decisao-colegiada#:~:text=Colegiada%20%E2%80%93%20decis%C3%A3o%20proferida%20por%20pelo,de%20recursos%20ou%20a%C3%A7%C3%B5es%20origin%C3%A1rias.>>. Acesso em 23/10/2024.

² Segundo consulta no sítio digital do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, “o termo ‘trânsito em julgado’ refere-se ao momento em que uma decisão – sentença ou acórdão – torna-se definitiva, não podendo mais ser objeto de recurso”. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/transito-em-julgado#:~:text=Torna%20o%20julgamento%20definitivo%2C%20n%C3%A3o%20cabendo%20mais%20recurso.&text=O%20termo%20jur%C3%ADdico%20%E2%80%93%20C%C3%A2nsito%20em,mais%20ser%20objeto%20de%20recurso.>>>. Acesso em: 23/10/2024.



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

julgado cessa com o cumprimento ou extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação de danos.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, quando conheceu do tema relacionado à posse de candidatos aprovados em concurso público condenados em sentença transitada em julgado, assentou que a suspensão de direitos políticos acarretada pela condenação criminal transitada em julgado, prevista no art. 15, III, da Constituição da República, tem aplicabilidade imediata e direta, não necessitando de lei ou ato normativo que a aplique (TJMG - Apelação Cível 1.0042.16.001812-5/002, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/08/2018, publicação da súmula em 20/08/2018).

No mesmo julgado, o Tribunal mineiro também entendeu que os efeitos da condenação terminam de modo automático tanto com a extinção da pena, após o cumprimento, considerando a eficácia da Súmula n.º 9 do Tribunal Superior Eleitoral, ou, com a reabilitação criminal. Há, assim, possibilidades **alternativas**, não existindo, portanto, hipótese de a suspensão dos direitos políticos, baseada no art. 15, III, da CRFB findar-se apenas com a reabilitação criminal julgada procedente, mesmo após o cumprimento da pena pelo condenado.

Nesse sentido:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO- APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA- CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO- GOZO DOS DIREITOS POLÍTICOS - CONDENÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO E POSSE - SEGURANÇA DENEGADA- RECURSO DESPROVIDO.

1- A suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado, prevista no art. 15, inciso III, da Constituição Federal possui autoaplicabilidade prescindindo de lei ou ato normativo para a sua aplicação.

2-Tratando-se de efeito da condenação a eficácia é automática e independe de declaração judicial, de forma que produz efeito desde logo, a partir do trânsito em julgado.

3- Não possui direito líquido e certo de ser nomeado a cargo público o candidato, aprovado em concurso, que cumpre pena decorrente de condenação criminal transitada em julgado, sem que tenha ocorrido a extinção da pena ou a reabilitação criminal.

4- Inexistência de direito líquido e certo. Sentença mantida. (TJMG - Apelação Cível 1.0042.16.001812-5/002, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

em 07/08/2018, publicação da súmula em
20/08/2018)

Cabe ressaltar que, embora a hipótese de suspensão dos direitos políticos prevista no art. 15, III, da CRFB não se confunda com a hipótese prevista no art. 14, §9º, da mesma Constituição, há que se ressaltar que o art. 1º, I, e, 7, da Lei Complementar n.º 64/1990, com redação dada pela LC n.º 135/2010, determina que a inelegibilidade prevista inicia-se desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos **após o cumprimento da pena**, no caso de crime de racismo. Dessa forma, mesmo que finda a suspensão dos direitos políticos com o cumprimento da pena, o condenado permanece com uma dimensão de seus direitos políticos (elegibilidade) comprometida pelo prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena.

Nessa senda, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lavras (Lei Complementar Municipal n.º 327/2014), bem como o Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo de Lavras (LC Municipal n.º 387/2019) impõem como requisito para investidura em cargo público o gozo dos direitos políticos (art. 6º, II; art. 13, II).

Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal já entendeu que a inelegibilidade compromete a condição de gozo pleno de direitos políticos, mesmo após finda a suspensão decorrente do art. 15, III, da CRFB (condenação criminal definitiva). Assim, uma vez que não há gozo pleno dos direitos políticos, não pode, pela legislação municipal e pelo entendimento do Pretório Supremo, o inelegível assumir qualquer cargo público, eletivo ou não (STF, ARE 1380383-SC, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 26/05/2022, DJe 30/05/2022).

E, considerando que a Suprema Corte, respaldando o Tribunal Superior Eleitoral, já entendera que dentre os efeitos secundários atingidos pela reabilitação criminal não se insere a inelegibilidade decorrente da condenação criminal transitada em julgado pela prática dos crimes arrolados no art. 1º, I, e, da LC n.º 64/1990 (ARESPE n.º 22148/SP, PSESS de 9.9.2004, rel. Min. Carlos Velloso), concluo:

1. Há que se distinguir entre a inelegibilidade prevista no art. 14, §9º, da CRFB e a suspensão dos direitos políticos, decorrente do art. 15, III, da CRFB;
2. A suspensão dos direitos políticos decorre de condenação criminal transitada em julgado, contudo, na forma da Súmula n. 9 do TSE e de entendimento do TJMG, não é necessária a procedência de pedido de reabilitação criminal para findar os efeitos secundários da condenação;
3. A inelegibilidade prevista na LC n.º 64/90 inicia-se após o cumprimento da pena pelo condenado definitivamente ou em órgão colegiado e também não é atingida pela reabilitação criminal;
4. A legislação municipal referente aos servidores públicos exige gozo total de direitos políticos para investidura em cargo público, dessa forma, com suspensão de direitos políticos ou inelegível, o candidato não possui direito à nomeação, uma vez que não satisfaz os requisitos já previstos na Lei municipal;



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

5. Se aprovada, a presente legislação impedirá a nomeação de candidato condenado pelo crime de racismo, desde a condenação definitiva ou em órgão colegiado, até o cumprimento da pena. Contudo, o candidato também não poderá assumir o cargo após satisfeitas essas condições, mas por dicção da própria LC n. 64/1990 e do entendimento do STF, que mantém inelegível por 8 anos o condenado nos crimes de racismo após o cumprimento da pena, o que, por fim, acaba de impedir a investidura por si.

Portanto, as novas previsões sugeridas pelo parlamentar estão conforme a legislação federal, constitucional e municipal, bem como coadunam com os entendimentos da Suprema Corte, do Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

VI – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela conveniência e oportunidade da **aprovação** das Emendas ao Projeto de Lei do Legislativo n. 9 de 2024, na forma do art. 91, parágrafo único, II, b, do RICML.

Lavras, em 31 de outubro de 2024.

ZECA DO SALÃO (PSD)
Relator

ROSEMEIRE APARECIDA DE OLIVEIRA (PT)
Presidente

JOÃO BATISTA CARVALHO LEÃO (Republicanos)
Vereador